

CPI investiga nos EUA contas de Duda

Senadora Ideli Salvatti e deputado Gustavo Fruet vão a Nova York em busca de dados sobre movimentação do publicitário



Senador Delcídio Amaral (C) e membros da CPI dos Correios: medidas para organizar melhor o trabalho incluem a elaboração de relatórios parciais

Dois emissários da CPI Mista dos Correios viajam a Nova York, na próxima semana, para negociar o acesso da comissão às informações da movimentação bancária do publicitário Duda Mendonça, anunciou o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral. A senadora Ideli Salvatti e o deputado Gustavo Fruet foram indicados para renegociar o acordo firmado entre a promotoria distrital de Nova York e o Ministério da Justiça do Brasil que limitou o acesso aos dados. Os americanos querem evitar que se repita o vazamento de informações sigilosas para a imprensa, ocorrido em 2004, pela CPI do Banestado. Ontem, prestaram depoimento o ex-presidente da ECT Hassan Gebrim e o proprietário da Construtora Espaço Aberto, Paulo Nei Almeida, que realizou obra para os Correios. **Página 5**

Líderes não chegam a consenso sobre votação de nova MP do Bem

Página 3

Comissão de Orçamento negocia retomada de votações

Página 4

Projeto amplia direito de voto dos brasileiros no exterior

Página 4



Adriana Zehbrauskas/Folha Imagem

Biodiversidade: ações de preservação ambiental seriam realizadas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Antero critica cancelamento do programa de preservação do Pantanal

Projeto do BID previa investimentos de US\$ 200 milhões na região pantaneira.

Página 8



Pedro Fortes

Sessão especial homenageia o Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira, que será celebrado no próximo domingo

Página 7

Senador destaca atuação da colega de Goiás à frente da Secretaria de Assistência Social como essencial para implantação das leis em favor dos portadores de deficiência

Azeredo e Lúcia Vânia debatem leis para deficientes

A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), implantada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) quando secretária de Assistência Social (1995/1998) do governo Fernando Henrique, foi citada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) como exemplo da interação entre os grupos sociais e o Congresso Nacional na elaboração de leis em favor da população carente e das pessoas com deficiência.

A manifestação do senador ocorreu no seminário "Acessibilidade: Passaporte para a Cidadania", dentro da programação da Semana de Valorização da Pessoa



Lúcia Vânia lembra que buscou diálogo com grupos sociais para implantar lei

com Deficiência. A Loas (Lei 8.742/93) garantiu o benefício de um salário mínimo aos deficientes e aos idosos. Somam-se a essa

legislação as leis 10.048 e 10.098, de 2000, que estabelecem uma série de direitos para as pessoas com deficiência.

Lúcia Vânia lembrou que, como primeira secretária de Assistência Social, buscou o diálogo com os diversos movimentos sociais para a execução da Loas.

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Serys Slhessarenko (PT-MT), Lúcia Vânia e Cristovam Buarque (PDT-DF) concordam que o Brasil tem boas leis em favor das pessoas com deficiência, mas precisa aplicá-las.



Fila longa para visitar o Túnel Sensorial, uma das atrações mais procuradas da semana

Violão e voz de alunos animam Salão Negro

As atividades de ontem à tarde no Salão Negro do Congresso Nacional foram animadas com a apresentação de um artista com deficiência visual e do coral Todas as Vozes. O estudante Igor Carvalho, deficiente visual, tocou violão e cantou para dezenas de alunos de escolas públicas da cidade. O menino, que aprendeu a tocar há um ano, participa de um programa do governo que inclui estudantes com deficiência em escolas de ensino tradicional.

A segunda apresentação da tarde foi a do coral Todas as Vozes, de outra escola pública do DF, composto por 40 meninas e meninos, entre eles, dois portadores de deficiência visual. O grupo também integra o programa de inclusão que beneficia deficientes. Naquela escola, os alunos têm aulas de canto. Nos fins de semana, os ensaios são abertos a todos que queiram participar.

O coral contou com a participação das portadoras de síndrome de Down Liane Collares e Melina Pedroso. A primeira lançou um livro, a outra está expondo seus trabalhos no Salão Negro.

Portadores de síndrome de Down jogam capoeira

Cerca de 60 crianças, adolescentes e adultos com deficiência participaram ontem, no Salão Negro, de apresentação de capoeira com um grupo de alunos especiais da Fundação Educacional do DF e com o grupo Raízes do Brasil.

Esse trabalho com alunos da escola especial existe desde 1996. Para incluir a capoeira como atividade curricular dos alunos, a escola teve que enviar um projeto para o MEC. Portadores de síndrome de Down não só jogam capoeira, como tocam tambores, atabaques, caxixi e até berimbau – instrumento mais difícil para eles, por exigir maior coordenação motora, segundo o capoeirista e professor Fábio Ferreira dos Santos.



Apresentação de capoeira reuniu dezenas de adolescentes

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Sessão sem votação de projetos hoje

A sessão, marcada para as 9h de hoje, é não deliberativa. Não estão previstas votações de projetos, mas discursos de senadores, avisos da Mesa diretora e das lideranças, entre outros. A ordem do dia será retomada na próxima semana, quando deve ser negociada a inclusão dos pontos positivos da MP do Bem no texto de outra medida provisória em tramitação.

Mídia do Senado de olho no referendo

No próximo domingo, os veículos de comunicação do Senado promovem cobertura especial sobre o referendo que vai decidir se será proibida ou não a comercialização de armas e munições aos cidadãos comuns. Vão acompanhar o andamento das votações e a divulgação dos resultados, com a colaboração de especialistas em segurança pública.

Dia do Aviador

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da solenidade em homenagem ao Dia do Aviador e Dia da Força Aérea Brasileira, com a entrega de Comendas da Ordem do Mérito Aeronáutico, às 10h, na Base Aérea de Brasília.

Agenda 21 Infantil

A Rádio Senado apresenta, às 20h, a reportagem especial *Agenda 21 Infantil – as crianças e o futuro do Brasil*. Estudantes de vários estados estiveram no Senado para falar dos pontos principais dessa agenda.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Flávio Arns, Gilberto Mestrinho, Jefferson Péres e Augusto Botelho

O relator Amir Lando e o líder do governo Aloizio Mercadante garantem que ainda existe disposição para aprovar alguns pontos da matéria

Inclusão de benefícios da MP do Bem divide lideranças

Reunidos na manhã de ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, os líderes partidários das duas Casas do Congresso não chegaram a um acordo sobre a inclusão, na Medida Provisória 255, dos benefícios previstos na MP 252, conhecida como MP do Bem. O relator da matéria, senador Amir Lando (PMDB-RO), disse, contudo, que ainda está otimista sobre um entendimento.

– Vamos trabalhar, temos pouco tempo, mas o necessário para encontrar uma solução. Se não for possível encontrarmos um entendimento sobre toda a matéria, vamos ver se é possível levar adiante o projeto ao menos em parte, consolidando a MP 252 com a 255.

Amir Lando observou que os pontos discordantes do texto são três: a extensão dos benefícios fiscais do Simples; a conceituação sobre pessoa jurídica para fins

tributários, visto que a Receita Federal quer criar um regime próprio; e o índice de correção no parcelamento das dívidas dos municípios.

Quanto à questão dos precatórios, Amir Lando disse que essa matéria está agora fora de cogitação, pois, no seu entender, o necessário é disciplinar a questão dos juizados de pequenas causas, para evitar distorções, abusos e excessos cometidos nessa área.

O relator também afirmou que está trabalhando para que os líderes cheguem a um consenso, se não absoluto, pelo menos parcial, sobre a MP 255. “Essa matéria só passará se houver consenso. Se não houver, não passa, o prazo é exíguo, as modificações são amplas e todos têm que estar de acordo.”

O líder Aloizio Mercadante (PT-SP) deixou a reunião dizendo que, embora não tenham chega-



Reunidos com o presidente do Senado, Renan Calheiros, líderes não chegam a acordo sobre pacote de desonerações fiscais do governo

do a um acordo, há disposição de todos os partidos de aprovar a MP 255 incorporando os benefícios fundamentais da 252, principalmente os investimentos voltados para as exportações, a desoneração na área de computa-

dores conectados, para estimular a inclusão digital da população de baixa renda no país e a desoneração da construção civil.

– Não é muito produtivo recomeçar as divergências. E, na questão do Simples, não adianta

dobrar o teto, porque toda vez que uma empresa chega próximo ao teto, ou ela sonega, ou ela se divide, ou ela não cresce, porque senão ela perde todo o benefício acumulado – assinalou Aloizio Mercadante.

José Cruz

José Cruz

Perda de receita desestimulou o governo

Primeiro item da pauta de deliberações do Senado Federal, a MP 255 poderá ser a alternativa para assegurar os benefícios fiscais da chamada MP do Bem, que perdeu sua eficácia por decurso de prazo. A Câmara dos Deputados não conseguiu votar até 13 de outubro, último dos 120 dias de sua vigência.

Transformada no Projeto de Lei de Conversão 25, a MP 255 concede, para quem participa de planos de previdência complementar, prazo adicional (até 30 de dezembro de 2005, o anterior era 1º de julho) para escolher o regime tributário ao qual será submetido: progressivo ou regressivo.

Concebida originalmente para impulsionar as exportações e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a Medida Provisória 252 (MP do Bem), maior pacote de desonerações fiscais do governo, foi

sendo ampliada durante sua tramitação no Congresso Nacional.

Segundo estimativas da liderança do governo na Câmara, a medida provisória transformada no Projeto de Lei de Conversão 23 previa renúncias fiscais de R\$ 6,6 bilhões, mais do que o dobro dos R\$ 3 bilhões iniciais.

Com essa perda de receita, o governo se desinteressou em aprovar a MP e obstruiu a votação final na Câmara. O maior impacto na arrecadação federal foi o reajuste da tabela de enquadramento no Simples, cujos limites dobraram de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil de receita bruta anual para as microempresas, e de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões no caso das pequenas.

O reparcelamento das dívidas das prefeituras com a Previdência Social em até 240 meses, contra os 60 atuais, foi a principal modificação feita no Senado.

Suassuna quer Lei da Biossegurança em vigor

Acompanhado de 30 cientistas e professores universitários, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) procurou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, a fim de pedir seu empenho para que o governo envie ao Legislativo projeto de lei que regulamenta a Lei da Biossegurança. Suassuna atribuiu à pressão que as organizações ambientalistas exercem sobre a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, a demora da Casa Civil da Presidência da República em enviar esse projeto ao Congresso.

– É uma regulamentação que está há meses parada. Isso preocupa os grandes produtores rurais e retarda a pesquisa. O Brasil está perdendo muito dinheiro – observou.

O senador disse que, toda vez que o país avança na tentativa de regulamentar a biossegurança, aparecem obstáculos apresentados pelos que não querem “o Brasil avançando na pesquisa de células-tronco, nem apresentando uma grande produção agrícola”. Ele disse que todos os cientistas que o acompanhavam estavam ali para mostrar essa realidade a Renan.



Suassuna acompanhou cientistas na visita à Presidência do Senado



Agripino considera que alterações na MP do Bem foi “falta de respeito”

Moreira/Moriz

Deputados rejeitaram o “saco de fel” do governo, afirma Agripino

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou ontem, em Plenário, que a chamada “Medida Provisória do Bem” (MP 252/05) não foi votada dentro do prazo na Câmara porque o governo federal “quis introduzir na MP um saco de fel”. Dizendo-se indignado, Agripino considerou a tentativa como “falta de consideração e de respeito” aos direitos adquiridos por institui-

ções e cidadãos brasileiros.

Ele citou entre os dispositivos nocivos incluídos na medida o que tira do cidadão o direito de receber no mesmo ano o produto de ações ganhas contra a União nos juizados de pequenas causas. Tais ações, frisou, são de no máximo 60 salários mínimos (hoje em torno de R\$ 18 mil). O adiamento do pagamento dessas

dívidas do governo, provenientes de ações judiciais (precatórios de pequeno valor), foi considerado por vários parlamentares como uma das causas da queda da MP do Bem na Câmara.

Outra reclamação do senador foi em relação ao Programa de Recuperação Fiscal II (Refis II), que, segundo informou, produziu uma receita para a União, entre

2002 e 2005, de R\$ 6,1 bilhões. Embora parte dos recursos – cerca de R\$ 1,3 bilhão – devesse ser distribuída entre os municípios, explicou, ela foi, na verdade, para o Tesouro Nacional.

– O TCU já determinou que a União defina quanto dos R\$ 6,1 bilhões pertence aos municípios, e dá o prazo de dois meses para que esse dinheiro chegue até eles.

Colégio de líderes propõe acordo ao governo para que projetos possam ser examinados a partir de terça-feira

Orçamento negocia retomada de votações

O colégio de líderes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidiu propor um acordo ao governo para retomar as votações no colegiado na terça-feira. Além de avanços nas negociações para a retirada de vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as lideranças querem um compromisso pela manutenção de recursos de emendas parlamentares para garantir a votação de três projetos de abertura de crédito de interesse do Executivo que tramitam na comissão.

A proposta saiu da reunião entre os líderes e os dirigentes da CMO, após o cancelamento, por falta de quórum, da reunião ordinária prevista para ontem. Os trabalhos do colegiado estão obstruídos desde o mês passado pela mesma razão: número insuficiente de parlamentares.

A oposição bloqueia os trabalhos em protesto contra os vetos na LDO e o descumprimento de acordos com bancadas estaduais. Já a base governista não consegue reunir aliados suficientes para assegurar



Mestrinho (C), presidente da CMO, informa que lideranças do governo levarão à análise do Executivo a proposta de acordo para votações

a votação das matérias – uma lista que inclui o parecer preliminar ao Orçamento de 2006.

As lideranças do governo no Congresso ficaram com a incumbência de negociar a proposta com o Exe-

cutivo até domingo, como informa o presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Se tudo der certo, a comissão já deverá votar na terça-feira dois projetos de suplementação orçamentária para

as Forças Armadas, que somam recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão, além do PL 34/05-CN, com verba adicional de R\$ 255,9 milhões para os ministérios da Ciência e Tecnologia, do Esporte e da Educação.

Donas-de-casa pedem aposentadoria já no Orçamento de 2006

O plenário da CMO recebeu ontem um grupo de pressão formado por donas-de-casa, que foram convencer deputados e senadores a incluir no Orçamento de 2006 uma nova despesa: recursos para a aposentadoria, direito que conquistaram por lei aprovada este ano, mas ainda dependente de regulamentação pelo Executivo.

Os custos com a nova despesa são calculados em cerca de R\$ 2,4 bilhões. O relator do projeto de lei orçamentária, deputado Carlito Merss (PT-SC), disse ao grupo que o “cobertor” estava curto para atender a tudo que o Brasil está precisando, mas prometeu examinar a reivindicação.

Congresso decide sobre recursos de fundos regionais

Os programas de aplicação dos recursos dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste passarão a ser examinados pela CMO. É o que determina substitutivo do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ao projeto de lei (PLS 142/01) do senador Jefferson Péres (PDT-AM), aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A matéria será ainda submetida a turno suplementar.

A Lei 7.827/89, atualmente em vigor, determina que os programas, encaminhados pelos conselhos deliberativos das superintendências de desenvolvimento de cada região, sejam analisados apenas pelo Ministério da Integração Nacional. O substitutivo estabelece que os relatórios das atividades desenvolvidas e os resultados obtidos também



Pedido de vista coletivo adiuou ontem votação pela CDR do projeto que recria a Sudene

sejam encaminhados à Comissão Mista de Orçamento, para fiscalização e controle.

Para o senador Jefferson Péres, as alterações visam conferir maior efetividade às funções de controle e, em consequência, de planejamento, que a Constituição delegou

ao Congresso Nacional.

A CDR deve discutir, na próxima quinta-feira, substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao projeto de lei da Presidência da República (PLC 59/04) que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

CAS veda cessão de jogadores durante torneio

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deu parecer favorável ao projeto de lei (PLS 218/04) que veda a cessão ou a transferência, para entidade desportiva estrangeira, de jogador profissional inscrito em qualquer campeonato em andamento reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). De autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a matéria foi relatada pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) e será encaminhada à Comissão de Educação, onde receberá decisão terminativa.

A proposta altera a redação da Lei 9.615/98 (Lei Pelé). Na avaliação de Tourinho, “a saída dos jogadores dos principais clubes, durante o transcurso dos campeonatos, tem prejudicado a qualidade das competições e o interesse dos torcedores”.

Senado debate resolução sobre gastos com saúde

Em reunião ontem, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou quatro requerimentos, entre eles o que pede audiência pública para debater a Resolução 322/03, do Conselho Nacional de Saúde.

Para José Maranhão (PMDB-PB), um dos autores do requerimento, ao lado de Ney Suassuna (PMDB-PB), a resolução prejudica as contas municipais e a população, pois exclui os serviços de limpeza urbana e de remoção de lixo das despesas com ações e serviços públicos de saúde.



Ideli observa que residentes no exterior se informam pela TV e Internet

Brasileiros no estrangeiro poderão votar para governador e senador

Os 2,5 milhões de brasileiros que vivem no exterior poderão passar a votar também nos candidatos a governador, vice-governador e senador, além de presidente e vice. Proposta da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora apreciada, em decisão terminativa,

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao ampliar o direito a voto, Ideli Salvatti observou no PLS 398/03 que, atualmente, os brasileiros que vivem em outros países podem se manter informados sobre o que se passa no país e nos seus estados de origem por meio da Internet ou da televisão por assinatura.

Teatro e dança trazem reivindicações

Representantes de 118 entidades teatrais e de dança de todo o país entregaram ontem ao presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), documento com as oito principais reivindicações do setor, entre elas a liberação dos recursos previstos no Orçamento e contingencia-

dos pelo governo.

Para debater o assunto, a subcomissão da Comissão de Educação poderá realizar audiência pública na primeira quinzena de novembro com os ministros da Cultura, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de representantes da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e do setor artístico.

Ex-presidente dos Correios nega a existência de irregularidades

Carlos Hassan Gebrin, ex-presidente dos Correios entre 2000 e 2002, negou que tenha havido irregularidades em sua gestão à frente da estatal. Ele depôs ontem na CPI dos Correios. Hassan afirmou que já não era presidente da instituição quando houve a licitação para a compra de equipamentos de movimentação e triagem interna de carga – na qual, segundo a revista *Carta Capital*, teriam ocorrido ilícitos.

Ao ser questionado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), Hassan negou outra afirmação

da revista: a de que teria ligações políticas com o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e com o deputado federal José Roberto Arruda (PFL-DF).

Quando José Eduardo Cardoso (PT-SP), responsável pela Sub-Relatoria de Contratos da CPI, perguntou por que o então ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o convidou para ser presidente dos Correios – “um cargo tão disputado”, frisou o deputado –, Hassan respondeu que também se faz essa pergunta até hoje.



Hassan Gebrin (E) é argüido pelos deputados Asdrúbal Bentes e José Eduardo Cardozo

Dono de construtora nega superfaturamento em obra da ECT

Em depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI Mista dos Correios, o proprietário da Construtora Espaço Aberto, Paulo Nei Almeida, contestou relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que detectou irregularidades na repactuação do contrato da construtora com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a construção do Centro Operacional e Administrativo do órgão em Florianópolis. Ele também negou interferência de políticos na negociação do acordo.

Segundo o sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), o TCU apurou que a repactuação entre a construtora e os Correios foi lesiva ao patrimônio daquela empresa

pública. Diante disso, Paulo Nei disse que já respondeu ao tribunal e recebeu do relator pedido para apresentar documentos que atestem que os valores acertados não superam os de mercado.



Paulo Nei afirma que repactuação do contrato com a empresa pública foi legal

Senado exhibe filme sobre emigração ilegal de brasileiros para os EUA

Por iniciativa do presidente da CPI Mista da Emigração Ilegal, senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), o Senado exibiu ontem o filme *A Fronteira*, com a presença de seu diretor, Roberto Carminati. A película expõe o drama de emigrantes brasileiros que tentam entrar nos Estados Unidos através da fronteira com o México e termina com a mensagem de que no Brasil a vida

pode ser melhor para eles.

Crivella destacou que o governo brasileiro não pode permitir que sua população, especialmente os jovens, acredite que emigrar é a melhor opção.

– A mensagem do filme é que o Brasil, com a riqueza e capacidade geográfica, não pode dar a seus jovens a perspectiva que hoje está dando – observou o senador.



Reunião administrativa presidida por Delcídio (terceiro à esquerda) debate medidas para dar celeridade aos trabalhos da comissão

Com o objetivo de evitar vazamentos, acordo entre promotoria americana e Ministério da Justiça limitou dados a esta pasta e ao Supremo Tribunal Federal, excluindo CPIs

Parlamentares vão a Nova York negociar acesso a contas de Duda

Representando a CPI dos Correios, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) vão a Nova York, na próxima semana, para negociar o acesso da comissão às informações da movimentação bancária do publicitário Duda Mendonça. Anunciou na quinta-feira o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), após reunião do colegiado.

A determinação foi adotada por causa de recente acordo assinado entre a Promotoria Distrital de Nova York e o Ministério da Justiça que limitou ao órgão do Executivo e ao Supremo Tribunal Federal (STF) o acesso aos dados, excluindo as comissões parlamentares de inquérito. A medida da promotoria objetiva evitar episódio semelhante ao ocorrido em 2004, quando infor-

mações sigilosas passadas à CPI do Banestado foram divulgadas para a imprensa.

Os parlamentares também definirão medidas para reforçar o funcionamento da CPI. Os sub-relatores vão fazer uma exposição com o cronograma e os objetivos de cada sub-relatoria. A que investiga os fundos de pensão, a cargo do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), e a do Instituto Brasil-Resseguros (IRB), do deputado Carlos William (PMDB-MG), divulgam seu trabalho nesta terça-feira. Na quinta, será a vez de José Eduardo Cardozo (PT-SP), da Sub-Relatoria de Contratos, mostrar cronograma de apresentação de relatórios parciais.

– Com isso vamos criar as condições necessárias para que todos acompanhem as principais

metas a serem cumpridas pelas sub-relatorias e, conseqüentemente, apresentando as principais conclusões da CPI no que se refere a movimentação financeira – explicou Delcídio.

A CPI vai ainda contar com mais cinco assessores do Senado e haverá reunião com toda a sua assessoria técnica para, segundo Delcídio, definir claramente as atividades de cada um. A idéia é que se divulgue relatório parcial toda semana, e o primeiro desses pode ser o prometido na última quarta-feira por Gustavo Fruet sobre o empresário Marcos Valério, o esquema de caixa dois e a versão dos empréstimos feitos ao PT.

Na terça-feira, deverão ser votados requerimentos relacionados à quebra de sigilos ligados aos fundos de pensão e ao IRB.

Comissão espera chegar à origem dos recursos

A viagem da senadora Ideli Salvatti e do deputado Gustavo Fruet a Nova York vai somar esforços para permitir o acesso da CPI dos Correios aos documentos que indicam as fontes que abasteceram a conta Dusseldorf, do publicitário Duda Mendonça. A afirmação foi feita por Fruet, que é sub-relator de Fontes Financeiras.

O deputado, que já havia explicado quais os procedimentos que a CPI adotará após definição conjunta com o promotor

distrital de Nova York, Adam Kaufmann, ressaltou que “não tem sentido tantos pedidos e a impossibilidade de compartilhamento dos dados”, conforme acordo feito entre o Ministério da Justiça e a promotoria americana. As informações sigilosas devem chegar em duas semanas ao Ministério da Justiça, ao Ministério Público e à Polícia Federal, e a solicitação da CPI enviada à secretária Nacional de Justiça, Cláudia Chagas, que será enviada à promotoria nova-iorquina, deve concluir a



CPI quer investigar a conta Dusseldorf, do publicitário Duda Mendonça

pendência.

– Entendemos a cautela dele [Kaufmann], porque, quando foram liberados os dados para a CPI do Banestado, não houve conclusão nem relatório. Nós queremos também mostrar essa garantia [de conclusão] – disse o parlamentar.

Senador considera que projeto irá coibir arroubos de juízes "que se deixam seduzir pelo canto da sereia da política e agem como pré-candidatos" nos tribunais

Jefferson propõe quarentena de dois anos para magistrados

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou ter apresentado ontem projeto que muda a Lei de Inelegibilidades, determinando a todo juiz que se aposentar quarentena de dois anos antes de se candidatar em eleições. Sem citar nomes, o senador criticou pesadamente magistrados que agem "como pré-candidatos" nos tribunais, pois a lei permite que eles renunciem "em abril e se candidatem nas eleições de outubro".

– Juízes começam a se deixar seduzir pelo canto da sereia da política, alimentam ambições e passam a se comportar como pré-candidatos, o que é profunden-



Jefferson Péres acredita que medida resguarda o Poder Judiciário

te lamentável, pois obviamente isso lhes tira a isenção e aumenta as suspeitas que as pessoas do povo têm em relação às nossas instituições – sustentou.

Almeida Lima critica interferência de Nelson Jobim no Legislativo

Ao comentar matéria publicada nesta semana pela revista *Veja*, o senador Almeida Lima (PSDB-SE) criticou o que chamou de interferência do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, no Poder Legislativo, devido à intenção de Jobim de formular proposta de emenda constitucional sobre precatórios (dívidas do poder público reconhecidas pela Justiça).

– O ministro Jobim é dado a esses equívocos. Quando deputado constituinte, fez incluir textos na Constituição sem a devida deliberação. No TSE, elaborou textos para a aprovação do Congresso. O



Almeida Lima condena intenção de Jobim de apresentar proposição ao Congresso

senador considerou ainda "flagrante ingerência" liminar concedida por Jobim, neste mês, decidindo sobre questões *interna corporis* da Câmara dos Deputados.

Quintanilha discursa como senador do PCdoB

O senador Leomar Quintanilha (TO) fez ontem o primeiro discurso após sua filiação ao PCdoB. Ele destacou o ideário histórico do partido, voltado para a justiça social, e ressaltou sua identificação com a sigla. Quintanilha, que saiu do PMDB para integrar o PCdoB, evocou o nome de Luiz Carlos Prestes, que foi senador, como o maior expoente do Partido Comunista. Ele lembrou que o PCdoB foi fundado há 83 anos pela luta ope-



Leomar Quintanilha: "Restituo a cadeira senatorial ao partido"

rária, sendo o mais antigo partido em funcionamento no país. – Por isso trago o PCdoB de volta ao Senado. Restituo a cadeira senatorial ao partido e tenho plena consciência da importância desse momento – concluiu.

Jefferson Péres acredita que a quarentena de dois anos "servirá para coibir um pouco esses arroubos inaceitáveis da parte de membros de tribunais que compõem a cúpula do Poder Judiciário".

– As instituições republicanas estão se deteriorando. Os três Poderes seriamente abalados, com enorme desprestígio ante a sociedade brasileira. Legislativo e Executivo nem se fala. O próprio Judiciário começa a perder sua majestade e credibilidade junto à população. Não apenas nas instâncias inferiores, mas até mesmo em relação à sua cúpula – afirmou o senador ao justificar seu projeto.

Alberto Silva quer orçamento impositivo

Alberto Silva (PMDB-PI) pediu o empenho dos demais senadores na formulação e aprovação de proposta que torne obrigatório o cumprimento do Orçamento. Ele criticou os freqüentes contingenciamentos das verbas orçamentárias pelo Executivo visando à composição do superávit primário para o pagamento de juros da dívida pública.

Como exemplo do prejuízo causado pelos cortes no Orçamento, Alberto Silva lembrou que o próprio ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, reconheceu que faltaram recursos para a prevenção da febre aftosa, o que teria levado à atual crise na pecuária nacional.

O senador também defendeu renegociação da dívida e redução dos juros, para permitir corte nos impostos e aumento dos recursos destinados aos municípios.



Alberto Silva: cortes atingiram verbas para prevenção da aftosa



Criminalidade pode aumentar no país se venda de arma for proibida, diz Juvêncio

Frente do "sim" usa estatísticas falsas, afirma Juvêncio

Partidário do "não" no referendo sobre a proibição da venda de armas e munições no país, o senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) acusou ontem, da

tribuna, a campanha do "sim" de usar estatísticas falsas para tentar impressionar os brasileiros e, com isso, conseguir votos.

– Estão dizendo que, de cada 170 pessoas que reagem a assaltos, apenas uma se salva. Onde eles arrumaram essa estatística? Numa bola de cristal?

Juvêncio observou que ninguém faz queixa na polícia quando consegue afugentar um ladrão que tenta invadir alguma casa. O senador sustentou não ser confiável a estatística de que duas crianças morreriam por dia no Brasil por usarem escondido armas guardadas por seus pais.

Ele disse acreditar que a criminalidade poderá aumentar caso seja aprovada a proibição de vender armas e munições, "porque os bandidos terão a maior tranquilidade para atacar".

Para Ana Júlia, direito de se armar concorre para aumento da violência

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu ontem o voto "sim" no referendo sobre a proibição da venda de armas e munições no Brasil. Ela destacou a importância da consulta popular, tendo em vista que se relaciona com um tema apontado como um dos mais importantes para a população brasileira: a segurança pública.

– A violência alimenta-se no "direito de armar-se". Que direito é esse, do mais rico, do mais poderoso, do mais armado contra o mais pobre, o desprotegido? – indagou a senadora.

Ana Júlia destacou que as armas de fogo são as principais causadoras de mortes entre os jovens. Ela disse que nas últimas décadas o número de homicídios por armas de fogo ultrapassou,



Ana Júlia diz que arma de fogo é principal causadora de mortes entre os jovens

no país, a quantidade de vítimas fatais de quase todas as guerras ocorridas no mesmo período, perdendo apenas para as guerras civis de Angola e da Guatemala. Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou voto pelo "sim", dizendo-se a favor do investimento na "cultura da paz".

Malta: "Congresso Nacional deveria ter resolvido a questão"

Embora tenha anunciado ser contra o referendo sobre o desarmamento, o senador Magno Malta (PL-ES) reafirmou voto favorável à proibição da venda de armas de fogo. Sua posição é contrária ao referendo pela "confusão gerada no debate entre partidários do "sim" e do "não".

Na sua opinião, a questão do desarmamento deveria ter sido resolvida pelo Congresso, que, em vez de decidir sobre o assunto, teria optado por transferir essa responsabilidade aos eleitores.

– Nós, parlamentares, que temos procuração para decidir em



Mesmo contra referendo, Malta anuncia que votará pelo fim da comercialização

nome do povo, deveríamos ter resolvido isso aqui, e não jogado o pepino na mão da população.

Convicto de que o desarmamento não resolverá a questão da criminalidade, ele propôs a discussão de um novo conceito de segurança. Em apartes, recebeu apoio de Alberto Silva (PMDB-PI) e Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Roosevelt Pinheiro



Garibaldi: elevação do FPM ajudaria a resolver situação precária das prefeituras

Municípios estão à míngua, diz Garibaldi

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem o aumento de um ponto percentual no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Prevista na reforma tributária, que deve ser votada ainda este ano, a elevação, na opinião do senador, ajudaria a resolver a situação precária dessas unidades da Federação.

– Os municípios estão à míngua de recursos que possam fazer com que tenham um desempenho no mínimo razoável. Eles não têm o apoio que deveriam ter, porque os recursos do Orçamento federal não são liberados, nem os que se referem às emendas nem aqueles vinculados aos próprios programas dos ministérios – protestou.

Garibaldi lamentou que o Orçamento no Brasil seja uma “peça de ficção”, já que o contingenciamento é cada vez maior. Ele também criticou o fato de recursos que deveriam ser destinados à infraestrutura estarem sendo usados para compor o superávit primário.

O senador citou dados do projeto Siga Brasil – que facilita o acesso às informações do Orçamento –, segundo os quais, das verbas alocadas para investimentos em urbanismo em 2005, apenas 14% haviam sido executadas até agosto; no caso da habitação, 3,95% e, no que se refere ao saneamento básico, 5,84%.

Prazo para indicar nomes ao prêmio Bertha Lutz

Por requerimento de Serys Slhessarenko (PT-MT), o prazo de indicação de nomes para concorrer ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi prorrogado para 1º de dezembro. A decisão foi comunicada por Augusto Botelho (PDT-RR), que presidiu parte da sessão deliberativa ordinária de ontem.

O prêmio Bertha Lutz, criado por resolução em 2001, tem como objetivo ressaltar o papel das mulheres na luta pela democracia no Brasil. Preside o conselho responsável pela premiação a senadora Serys Slhessarenko.

Homenagem do Senado à FAB e ao aviador

Sessão realizada ontem no Plenário comemorou o Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira, celebrado em 23 de outubro



Sessão presidida por Renan (C) reúne o general do Exército Renato Tibal e o comandante da Aeronáutica Luiz Carlos Bueno (E), o brigadeiro Bambine e o vice-almirante Newton Cardoso

O Senado Federal promoveu ontem uma sessão em comemoração ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB), celebrado em 23 de outubro. Essa data foi escolhida por ser a mesma em que o mineiro Alberto Santos Dumont fez o primeiro vôo da História, em Paris, no ano de 1906. A sessão foi realizada por requerimento do senador Aelton Freitas, o primeiro parlamentar a discursar. Em seguida, Ney Suassuna, Romeu Tuma, José Maranhão e o presidente do Senado, Renan Calheiros, também falaram, destacando a importância da Força Aérea Brasileira, sua atuação na 2ª Guerra Mundial e seu papel na vigilância da região amazônica.

Santos Dumont, considerado o Pai da Aviação, recebeu homenagens dos senadores. Participaram da sessão especial o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Luiz Carlos Bueno, o brigadeiro Sérgio Bambini, também da FAB, o general Renato César Tibau da Costa, do Exército, e o vice-almirante Newton Cardoso, da Marinha.



Genildo Magalhães

Atuação da Embraer e do ITA foi elogiada por Aelton Freitas

Aelton enaltece os "notáveis pilotos" do país

Aelton Freitas (PL-MG) explicou, no início da celebração pelo Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira, que a data foi escolhida porque, há 99 anos, Alberto Santos Dumont realizou, com seu aeroplano *14-Bis*, o primeiro vôo com um aparelho mais pesado que o ar.

O senador saudou “as habilidades notáveis dos pilotos da FAB” e destacou a atuação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e do Centro Técnico de Aeronáutica.



Roosevelt Pinheiro

Suassuna chamou a atenção do governo para a crise no setor

Suassuna cobra prioridade para a aviação civil

A crise na aviação civil brasileira foi destacada por Ney Suassuna (PMDB-PB), que chamou a atenção do governo para os riscos de aumento do desemprego no setor.

Suassuna enfatizou o papel da aviação civil para a integração e o progresso nacional e seu crescente significado para um país de dimensões continentais que almeja se inserir no rol das grandes potências. O senador ressaltou o trabalho da FAB e homenageou também o Correio Aéreo Nacional.



Roosevelt Pinheiro

Ao lembrar vôos em aviões da FAB, Tuma enalteceu o trabalho dos aviadores

Papel da FAB na Amazônia é elogiado por Tuma

Romeu Tuma (PFL-SP) fez um discurso emocionado durante a sessão especial em homenagem ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira. Ele recordou episódios em que voou nos aviões da FAB e deu seu testemunho sobre o trabalho dos aviadores brasileiros.

As Forças Armadas, observou, “têm a vocação de servir à sociedade menos favorecida nos locais de difícil acesso”. Tuma elogiou o papel da Aeronáutica na Amazônia, facilitando o contato com a população local.



Roosevelt Pinheiro

Maranhão pede aprimoramento da função de controlador de tráfego aéreo

Maranhão pede mais recursos para o setor

José Maranhão (PMDB-PB) reivindicou mais recursos para o setor aéreo militar e lamentou que os R\$ 7,4 bilhões previstos para a Aeronáutica no Orçamento de 2005 venham sendo liberados de forma lenta e assistemática.

Embora tenha assinalado a competência dos aviadores brasileiros, Maranhão defendeu o aprimoramento da função de controlador de tráfego aéreo, ainda não reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Também considerou um avanço a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Renan destaca importância da Aeronáutica na história do Brasil

Ao encerrar ontem sessão de homenagem ao Dia do Aviador, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou fatos históricos da aviação brasileira, como a participação da FAB na 2ª Guerra Mundial e a depressão de Santos Dumont ao ver sua invenção sendo utilizada como arma de guerra.

Renan citou a tomada do Monte Castelo, na Itália, durante a 2ª Guerra, e a participação do Primeiro Grupo de Caça da FAB, em conjunto com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), no conflito mundial, como momentos heróicos da aviação nacional. Ele destacou a importância do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e elogiou a “incrível capacidade tecnológica” da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer).

Senador responsabiliza o presidente Lula e os governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul pelo abandono de investimento de US\$ 200 milhões na região

Antero critica cancelamento de programa ambiental no Pantanal

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou ontem em Plenário que o cancelamento do programa BID-Pantanal, que previa o investimento de cerca de US\$ 200 milhões em ações de preservação ambiental em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foi “o mais duro golpe deste governo”.

Da tribuna do Senado Federal, Antero lembrou que o programa, lançado no governo Fernando Henrique Cardoso e aprovado pelo Congresso, beneficiaria 56 municípios apenas em Mato Grosso, inclusive a capital, Cuiabá. Nele estavam incluídas



Antero destaca que investimentos beneficiariam 56 municípios de MT

obras de saneamento básico e tratamento das águas despejadas nos rios do Pantanal, além de medidas para restringir o uso de

agrotóxicos na região.

– O projeto BID-Pantanal morreu pela falta de interesse do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos governadores de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, e do meu estado, Blairo Maggi – afirmou.

O senador responsabilizou especialmente o governador de Mato Grosso, por, segundo ele, priorizar a expansão da lavoura de soja em detrimento do meio ambiente. Utilizando-se de ironia, Antero destacou que o projeto foi abandonado por ter um único defeito: “cuidar do meio ambiente”.

Virgílio: Lula se converteu de esperança do país em "estorvo"

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem, da tribuna, que o presidente Lula se converteu de grande esperança de avanço na história da nação em “estorvo”.

– Havia essa expectativa, num momento de busca por novos líderes. Ele foi inventado pelo senador Petrônio Portella, presidente da extinta Arena. Não deu certo, como mostram os fatos.

Virgílio criticou Lula por ter declarado, em sua viagem à Rússia, esta semana, que aquele país deveria estabelecer com o Brasil uma aliança “não apenas

comercial, mas também estratégica”, para que as nações em desenvolvimento não sejam tão dependentes da União Européia e dos Estados Unidos.

– Ele quer ensinar a Rússia a enfrentar os Estados Unidos, como se ela não tivesse feito isso durante a Guerra Fria – disse.

O parlamentar citou frases do presidente que, a seu ver, deveriam ser reunidas na obra *Aforismos de Lula*, que seria considerada grande clássico da história da Humanidade, ao lado de *O Príncipe*, de Maquiavel, e *Arte da Guerra*, de Sun Tzu.



Virgílio pede ao presidente que dê um fim à corrupção que “tomou conta do Brasil”

– De uma vez por todas, vá trabalhar, presidente! Dê um fim a essa torrente de corrupção, leviandade e desrespeito que tomou conta do país – afirmou.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) deu boas-vindas a uma delegação do Irã que visitava o Congresso Nacional.

Mercadante destaca êxito do programa Bolsa-Família

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que as lideranças internacionais têm reconhecido os avanços do Brasil no combate à fome e à pobreza, e comemorou os dois anos do programa Bolsa-Família, completados ontem. Mercadante salientou que esse instrumento propicia mecanismos que impulsionam a escolaridade, tendo se tornado um dos mais importantes programas de transferência de renda do mundo.

– São 8 milhões de famílias ou 34 milhões de brasileiros que recebem em média R\$ 60 para manter os filhos na escola. Dois terços são beneficiados com acompanhamento escolar e 97% das crianças estão frequentando



Mercadante diz que avanço do Brasil no combate à fome é reconhecido no exterior

85% das aulas – observou.

Mercadante disse que, até 2006, o Bolsa-Família atenderá um terço da população brasileira, exercendo um papel revolucionário e comprometendo apenas 0,3% do Orçamento da União. O

senador anunciou que apresentará projeto ampliando o Bolsa-Família, para beneficiar os jovens entre 15 e 24 anos. Ele acredita que a medida criará mecanismos de proteção contra a violência que atinge preferencialmente essa faixa etária, além de manter os jovens mais tempo na escola.

MP do Bem

O líder do governo apelou aos senadores para que votem, nesta terça-feira, a Medida Provisória 255, que poderá incorporar dispositivos da chamada MP do Bem. Ele salientou que as empresas que têm interesses legítimos a defender estão sendo prejudicadas pela falta de entendimento entre as lideranças no Senado.



Luiz Otávio informou que cinco cidades do Pará dependem da ajuda de aviões

Seca na Amazônia: Luiz Otávio apela por mais recursos

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) lamentou a estiagem que atinge a região amazônica e solicitou ao governo federal mais recursos, além dos R\$ 30 milhões até agora anunciados. Ele defendeu ainda

a liberação de recursos para a Defesa Civil e para a ajuda das Forças Armadas aos municípios do Pará e do Amazonas, estados mais afetados.

Luiz Otávio informou que cinco municípios do Pará estão sem condições de enfrentar a seca, dependendo de auxílio levado por aeronaves.

O senador pelo Pará lembrou que a região Norte, ao contrário do Nordeste, não dispõe de recursos orçamentários anuais para enfrentar tragédias climáticas e sugeriu à bancada amazônica que lute pela aprovação de emendas ao Orçamento 2006 destinando recursos para a prevenção da seca. Luiz Otávio também associou-se às homenagens do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB), comemorado em 23 de outubro.

Para Motta, falta política consistente para a agricultura

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou a ausência de políticas consistentes do governo federal para a agricultura e as estradas brasileiras. Ele alertou as autoridades para a situação das estradas brasileiras. Em aparte, Alberto Silva (PMDB-PI) cobrou recursos para recuperação de rodovias.

O senador pelo Espírito Santo acrescentou que o Brasil não tem política para o homem do campo, no que foi apoiado pelo senador José Maranhão (PMDB-PB).

Sobre o referendo do desarmamento, que acontece neste



Motta também cobrou ação do governo na manutenção de estradas

domingo, Motta afirmou que “nada vale”, observando que o Estatuto do Desarmamento, em vigor, já impede o cidadão de bem de portar armas de fogo.

O parlamentar classificou como “mentira” tanto o argumento de que a criminalidade irá aumentar, se vencer o “não”, quanto o de que a violência será resolvida, se o “sim” ganhar.



Requerimento a ser apresentado por José Maranhão pede informações a ministro

Maranhão cobra explicações sobre surto de febre aftosa

José Maranhão (PMDB-PB) disse ontem que vai apresentar requerimento pedindo informações ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, sobre o surto de febre aftosa ocorrido em Mato Grosso do Sul. Para o senador,

o governo precisa informar ao Congresso e à opinião pública o que pretende fazer para resolver o problema.

No requerimento, Maranhão pede que sejam esclarecidas questões como: qual o efetivo prejuízo causado às exportações de carne bovina; qual a abrangência da área atingida no estado; a incidência da doença em outros estados da Federação; e quais recursos serão empenhados para evitar a propagação de futuros surtos.

O senador sugeriu que o governo subsidie as vacinas, especialmente dos pequenos criadores, que, disse, deixam de vacinar seus animais por motivos econômicos. Ele lembrou a recente aprovação, pelo Senado, de acordo comercial com o Paraguai, em que uma cláusula obriga o governo brasileiro a financiar a vacinação no país vizinho.